

Samuel Huntington e a transição gradualista no Brasil (1972-1974)*

Rejane Carolina Hoeveler**

O objetivo desta comunicação é apresentar resultados parciais de nossa pesquisa em andamento. O projeto distensionista que passou a ser implementado pelo governo Geisel, em 1974, no Brasil, teve em sua origem um debate restrito, porém, significativo, entre os dirigentes militares e as elites orgânicas do regime empresarial-militar instalado desde o golpe de 1964. Este “debate” envolveu militares, intelectuais, tecnocratas e parlamentares, que convergiram no sentido da elaboração de uma estratégia descompressionista gradualista, que possibilitasse a manutenção daquela ordem social em outro formato institucional, de caráter politicamente liberal. O objetivo destes setores era remodelar o regime, retirando lenta e seguramente as Forças Armadas do centro do poder, e ao mesmo tempo garantindo que as “conquistas” do grande capital multinacional-associado, cujos interesses o regime atendeu prioritariamente, fossem mantidos. Esta elaboração da descompressão controlada, que envolveu agentes de diversos âmbitos, demonstra o caráter racionalizado do projeto liberalizante dos últimos governos militares, inserindo-se na longa tradição da contra-revolução preventiva e permanente brasileira.¹

Samuel Huntington, conhecido cientista político e professor de Harvard, teve uma influência muito importante nessa elaboração estratégica. Como intelectual orgânico do grande capital transnacional, Huntington se ligou à Comissão Trilateral, criada em 1973 sob os auspícios de David Rockefeller com o objetivo de funcionar como “partido” desta fração do capital.

*Texto apresentado para o Colóquio Internacional “Colapso das Ditaduras: Sul da Europa, América Latina, Leste Europeu e África do Sul – História e Memória”, Rio de Janeiro, Brasil, 24 a 26 de outubro de 2012.

**Graduanda em História no Instituto de História (IH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (rejanecarol@gmail.com).

¹ Ver LEMOS, Renato. “Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964”. Comunicação apresentada no *VI Congrès du CEISAL* (Conseil Européen de Recherche en Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), *Indépendances, Dépendances, Interdépendances*, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010. Sobre o conceito de contra-revolução preventiva, Ver FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

A ditadura empresarial-militar brasileira, que foi instalada a partir do golpe de classe de 1964,² encontrava-se em seu fastígio, no início de década de 1970: o “saneamento” político, econômico e financeiro já havia se consolidado, as esquerdas derrotadas, as grandes metas formuladas no complexo IPES-IBAD, alcançadas. A coalizão que tomara o poder em 1964 não pretendia manter as Forças Armadas no poder permanentemente, até pelo próprio desgaste interno à instituição. Restava, portanto, a tarefa fundamental de elaborar uma forma de passar segura e gradualmente a uma outra formatação institucional, um regime democrático porém restrito, tal como pregava a formulação da Trilateral no mesmo período.

As visitas de Huntington ao Brasil

É fato conhecido que na visita feita por Huntington ao Brasil em outubro de 1972 este se reuniu com o então Secretário do Gabinete Civil do presidente Médici, Leitão de Abreu. A visita não foi publicizada pelo governo, e não houve declarações formais sobre o encontro, porém sabe-se que o assunto da conversa foi o futuro político do Brasil.³ Segundo Skidmore, a visita foi mediada por Cândido Mendes e Huntington também conversou com o então Ministro da Fazenda Delfim Netto, sobre liberalização e abertura do sistema político, e depois descreveu os dois, Leitão de Abreu e Delfim Netto, como tendo “reconhecido a necessidade de extinção das formas extremas de repressão que existiram e uma abertura do sistema político. Leitão de Abreu teria colocado algumas questões difíceis para Huntington, como: “Como pode ocorrer a descompressão em sistemas políticos autoritários?” e “Qual o melhor modelo para o Brasil seguir a este respeito?”⁴

Segundo reportagem da revista *Veja* daquela semana, Huntington veio participar também de “debates acadêmicos” no Conjunto Universitário Cândido Mendes, no Rio, mas nenhuma conferência pública foi programada. Na reportagem do semanário, Huntington é descrito como um “jovem gênio” da Universidade de Harvard, que “lançou-se na demonstração de que os regimes autoritários tendem para relativas liberalizações depois de consolidarem partidos únicos”.⁵

² Ver DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, golpe e poder de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

³ Ver SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P.323; e KUSINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982.

⁴ SKIDMORE, *Op. Cit.*,p.323.

⁵ *Veja*, Edição 215, 18 de outubro de 1972.

A visita gerou especulações acerca de seus objetivos mais concretos. Segundo a própria reportagem de *Veja*, em trecho intitulado “Mistério de pobres”,

“o programa de Huntington foi singularmente complicado. Ele viria na quinta, mas desembarcou no Rio na sexta e, logo depois, embarcou para Brasília. “Para conhecer a cidade”, dizia-se. Contudo, chegou à noite e saiu de manhã cedo, novamente para o Rio, “onde está em casa de amigos”, informava-se, apesar de ele ser hóspede do Hotel Excelsior. Sua rápida passagem por Brasília – chegou ao Hotel Nacional às 20 horas e saiu para reaparecer à 0h30 – incluiu um jantar com um velho admirador de seus livros, o professor João Leitão de Abreu, chefe do gabinete civil da presidência da República. (...) Se o programa do professor, até o fim de semana, foi arquitetado com tais bizantinices, parece muito difícil que se consiga saber o que conversou com o professor Leitão de Abreu, um interlocutor permanentemente discreto, especialmente agraciado com uma récita exclusiva de um virtuoso instrumentista político como Huntington.”⁶

Na semana seguinte, é publicada com o sugestivo título “Professor de modelos”, no mesmo semanário, uma breve entrevista realizada com Huntington na ocasião daquela visita. O repórter, que acompanhou Huntington em uma apressada caminhada no Rio, perguntou sobre os motivos da visita.

VEJA – O que o senhor veio fazer no Brasil?

Huntington – Eu trabalho para a Universidade Harvard, dirigindo pesquisas universitárias, em ciências políticas, modelos de regime, processos de modernização, e nesse trabalho mantenho contatos com Cândido Mendes. Estamos, de certa forma, associados nessas pesquisas. Vim ao Brasil por causa disso.

VEJA – Mas o senhor conversou, por exemplo, na noite do dia 13, com o professor Leitão de Abreu, que me parece pouco ocupado, neste momento, com pesquisas teóricas...

Huntington – Eu conversei, de fato, com muita gente. Mas, sobre isso, acho que não devo falar. Recolhi informações preciosas sobre o Brasil. Só isso.⁷

Embora tenha desconversado acerca deste assunto, Huntington “não teve dúvidas em contrariar a opinião mais ou menos consolidada nos meios políticos brasileiros, improvisando a tese da sobrevivência – e do crescimento, a longo prazo – do Movimento Democrático Brasileiro”.⁸

Nas próprias palavras do cientista político:

“o MBD deve se tornar o grande partido do futuro. Porque, se o seu eleitorado está nos grandes centros, é nele que está se concentrando a população brasileira. As grandes cidades abrigam, geralmente, a mentalidade renovadora. Então as esperanças do MDB estão no próprio desenvolvimento brasileiro.”⁹

A declaração sobre o MDB, em meio às eleições municipais, gerou repercussão negativa entre arenistas, especialmente entre uma certa “linha dura” arenista. No mês seguinte uma pequena reportagem do mesmo semanário informou que o deputado

⁶ *Veja, idem.*

⁷ *Veja, idem.*

⁸ *Veja, idem.*

⁹ *Veja, idem.*

Marco Maciel teria dito que “o senador Filinto Muller está recebendo relatórios confidenciais de todos os Estados, onde é dada como certa a nossa vitória, inclusive nos grandes centros”. Segundo *Veja*, “em seguida, [o deputado] ataca Huntington: ‘Naturalmente ele é um grande teórico, mas não conhece com profundidade a situação brasileira’”.¹⁰

O documento “Abordagens da descompressão política”

O fato é que do encontro com Leitão de Abreu resultou o pedido para a elaboração de um documento acerca das condições políticas brasileiras para uma descompressão; este documento de 11 páginas, que recebera o título “Abordagens da descompressão política” circulou de forma restrita, em 1973, e jamais foi publicado.¹¹ O objetivo básico era fornecer aos estrategistas do regime brasileiro uma alternativa que promoveria o assentamento político brasileiro em outras bases, mais estáveis: tratava-se da descompressão e a liberalização do regime da forma mais controlada possível, enquadrando o Brasil na nova agenda de “democracias” restritas e “fortes”.

Segundo Huntington, os “componentes da descompressão” (entendida de forma genérica) poderiam englobar três diferentes fenômenos: a institucionalização de procedimentos determinantes da sucessão, especialmente a Presidência, mas também o Congresso; o alargamento da participação na escolha destas autoridades públicas, de forma que esta escolha seja mais representativa; e a liberalização de direitos políticos e civis então restritos, incluindo um debate político aberto.

Já de saída, no entanto, Huntington admite que os processos eleitorais se realizem com restrições, já que estes não seriam a única forma de representação, e, portanto, “outros meios de representação” que não apenas a eleitoral, poderiam ser mais apropriados para o momento. Segundo Huntington:

“Habitualmente, ‘democratização’ é interpretada como representação do povo no governo por meio de eleições competitivas. Há, porém, outros meios de proporcionar representação, os quais, em parte, podem ser tão apropriados ao Brasil nos próximos anos quanto a representação eleitoral.”¹²

¹⁰ *Veja*, Edição 219, 15 de novembro de 1972.

¹¹ Atualmente, encontra-se disponível no Arquivo do CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista, Fundo Hebert José de Souza. (<http://cpdoc.fgv.br/>). Segundo Paulo Nogueira Batista, ele foi desengavetado e distribuído a alguns amigos por Leitão de Abreu quando este retornou ao Gabinete Civil em substituição a Golbery. Segundo o mesmo jornalista, “ao se instalar e propor a agenda que viria a ser chamada ‘abertura política’, a administração Geisel eventualmente terá se validado de algumas das idéias de Huntington.”

¹² HUNTINGTON, Samuel. *Abordagens da descompressão política*. (mimeo), p.2.

A recomendação, como se pode aferir do trecho, é de que, explicitamente, que não se confunda democracia com eleições, afinal, democracia é *representação*, e como tal pode ser realizada de “várias formas”. Cremos que este é um dos principais pressupostos teóricos da reflexão política do autor, já que parte de uma determinada visão da ideia de democracia, com fortes bases shumpeterianas.

A institucionalização de procedimentos acerca da sucessão presidencial e também das eleições legislativas seria uma medida prioritária; a ideia era que, ao institucionalizar-se a processualística necessária, as sucessões ocorressem estavelmente, sem gerar maiores crises políticas e sem abertura para um questionamento do sistema como um todo.

A prioridade dada à institucionalização presidencial é explicada pelo fato de que, antes de estender a participação ou liberalizar os controles, o governo deve “definir explicitamente seu próprio caráter político”, isto é, deixar claro que ele está no comando da situação. Então, logo depois, vem a necessidade de desenvolver mecanismos institucionais (isto é, canais de participação) para a representação de interesses no governo. Aprofundando a questão da institucionalização da sucessão presidencial, Huntington considera que no caso brasileiro, o regime militar encontrava-se à frente de muitos outros países no caminho da estabilização institucional, simplesmente por já ter estabelecido o princípio de que haverá sucessão, isto é, ter rejeitado o “continuismo”. Neste caso, então, tratava-se de institucionalizar os procedimentos para indicar os presidentes, evitando assim o surgimento de situações de crise e indefinição a cada sucessão. A sugestão principal de Huntington neste ponto parte do exemplo dos processos ocorridos na oficialidade brasileira em 1966 e 1969: uma consulta entre oficiais que poderia ser formalizada e estendida até incluir lideranças na burocracia civil, no empresariado, profissionais, da agricultura e até das classes trabalhadoras; seria uma espécie de “colégio de cardeais”.

O segundo ponto abordado por Huntington é o do *timing* e da sequência da descompressão, quesitos essenciais a serem observados pelo governo, dado que a descompressão implica em certos riscos a serem corridos. Aqui vale a pena transcrever a recomendação principal de Huntington quanto a este problema:

“O afrouxamento de controles em qualquer sistema político autoritário frequentemente pode ter um efeito explosivo, no qual o processo sai do controle daqueles que o iniciaram e leva a conseqüências que eles não desejavam nem antecipavam. Uma conseqüência pode ser a desordem, a instabilidade e o colapso do regime, ao capitalizar a oposição as oportunidades e o impulso que as medidas descompressoras lhe facultam. Alternativamente, um relaxamento de controles demasiado rápido e pouco judicioso

pode estimular um forte movimento na direção oposta e a reimposição de medidas ainda mais repressivas que as que existiam anteriormente.” (...) “A descompressão eficaz e duradoura deve, portanto, ser um processo gradual sobre que o governo mantenha firme controle. Para consegui-lo, são desejáveis três coisas. **Primeiro, a iniciativa da descompressão deveria vir do governo.** O governo deveria estar de fato e na aparência agindo a partir de uma posição de força. Não deveria parecer render-se a pressões ou exigências de grupos opositoristas, porque se o faz, tais exigências entrarão numa escalada e o governo poderia facilmente perder controle do processo. **Além disso, a descompressão deveria conduzir a novas formas políticas que sejam o fruto natural da evolução política brasileira desde 1964, e não uma restauração artificial de práticas pré-1964.** Como o rápido desenvolvimento econômico do Brasil gerará com o tempo novas demandas de descompressão, seria bom que o governo começasse esse processo tão cedo quanto possível, antes dessas pressões se tornarem ativas. Passos oportunos no rumo da descompressão política são, em certo sentido, o resultado necessário do sucesso econômico do regime.”¹³

A orientação era clara e precisa: tratava-se de uma reformulação política que deve ser conduzida pelo governo no momento certo. O perigo da recompressão seria o motivo pelo qual a descompressão deve ser essencialmente gradualista, liderada com uma agenda de prioridades e mantida sob controle pelo governo, que além do mais deveria começar a implementá-la no momento oportuno, isto é, quando o sucesso econômico do regime o permitisse manter uma posição de força.

A partir daí, o governo deveria, também, controlar a oposição dos elementos da linha dura e de outros círculos do governo contrários à liberalização; o que requereria que as medidas tomadas não fossem identificadas com um indivíduo, mas coletivamente, isto é, deve ser uma descompressão sem descompressor.¹⁴ A descompressão exigiria uma sequência de movimentos, que envolveria, nesta ordem, a institucionalização da sucessão presidencial; a criação de uma moldura para representação mais ampla de interesses no governo; e a identificação e análise de futuras reivindicações e pressões políticas resultantes do sucesso do desenvolvimento econômico brasileiro.

A medida seguinte englobaria modificações na estrutura partidária nacional. Segundo o estrategista, a ARENA atuava como um mero apêndice da estrutura de poder, não configurando de fato um canal de representação de interesses, e, por isso, o processo de indicação presidencial deveria ocorrer em algum tipo de moldura partidária diferente daquela na qual a ARENA atuava. O problema principal no caso brasileiro seria desenvolver uma estrutura de representação, através de um novo partido, distinto dos anteriores.

¹³ *Idem*, p.4.

¹⁴ Neste sentido, segundo Huntington, o Brasil estaria em vantagem em comparação com outros, pois, desde o início, o regime não foi identificado com um comandante em particular, isto é, não se tratou de uma ditadura personalista, como foi o caso de outros países latino-americanos.

Podemos aferir que uma das condições fundamentais para que a transição brasileira fosse realizada sem grande sobressaltos, foi justamente a formação de um “centrão” político conservador, que mesclava componentes das duas agremiações partidárias anteriores.¹⁵ Neste sentido, exatamente como colocou o professor de Harvard, a ampliação da representação de interesses foi muito mais produtiva que a mera repressão:

“A cooptação de grupos potencialmente opositoristas pelo relacionamento com o sistema governamental é uma política muito menos custosa do que a tentativa de reprimir tais grupos”.

Huntington não deixou claro qual seria a melhor solução para a criação de uma estrutura política mais ampla, mas cita como um exemplo a ser seguido o do México, que teria desenvolvido um “mecanismo de auscultação” pelo qual os presidentes tinham sido escolhidos nos últimos (então) trinta anos.¹⁶

Porém, havia um fator agravante a ser considerado no processo de descompressão, que são as modificações sociais resultantes do próprio crescimento econômico vivido nos últimos anos. Segundo o estrategista norte-americano,

“Períodos estáveis de desenvolvimento econômico rápido aumentam a desigualdade de distribuição de renda, modificam as relações estabelecidas entre grupos sociais, estimulam níveis mais elevados de mobilização social, intensificam as tensões sociais, aumentam as pressões sobre o governo e encorajam o envolvimento de grupos na política.”

É aí que entram as consequências políticas do desenvolvimento econômico, para as quais o governo deveria estar atento. Huntington propõe que seja feito um estudo sistemático destas possíveis consequências, mas adianta algumas tendências possíveis; entre as quais, migração em massa e inchaço das cidades, mudanças de tamanho e composição das classes sociais e em seus níveis de renda, alfabetização e educação; e mudanças na forma de organização desses grupos, a partir da qual pode haver mudanças na forma pela qual as forças sociais enxergariam seus interesses e sua atitude em relação ao governo. Ou seja, um grande alerta para possíveis “instabilidades” e pressões sociais

¹⁵ Ver LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964”, *Topoi*, nº 5, p.287-313, setembro de 2002.

¹⁶ Este processo de consulta no México caracterizava-se, segundo Huntington, pela participação de um amplo espectro de “líderes políticos, governamentais, empresariais e de classes”; não há muita publicidade e a indicação se realiza tranquilamente dentro dos moldes do PRI (Partido Revolucionário Institucional), com grande influência do atual presidente e sendo ratificada posteriormente em eleição popular; e, além disso, há razoável alternância entre “presidentes mais conservadores” com “outros mais radicais”. Isso se deveria ao fato de o México ter desenvolvido uma institucionalização política mais sólida, e “uma estrutura partidária bem organizada para encapsular o processo”. Segundo Skidmore, os castelistas eram contra a transformação da ARENA num sistema de partido único como o mexicano. SKIDMORE, *Op. Cit.*, p.321

geradas pelo próprio crescimento econômico. Nesta previsão, tendo em vista, por exemplo, o novo sindicalismo do fim dos anos 1970 e início de 1980, pode-se dizer que Huntington acertou em cheio.

Uma reportagem publicada pela *Folha de São Paulo* ainda em julho de 1972 indica que a discussão sobre o futuro do regime e em particular o futuro da ARENA neste regime estava sendo pensada por algumas figuras proeminentes do imperialismo no Brasil, como o embaixador Lincoln Gordon. Segundo a mesma reportagem, Gordon comentou a declaração de Nixon, quando da visita do presidente Médici aos EUA, de que o Brasil é um modelo a ser seguido pela América Latina. Gordon declarou, na ocasião, que “a democratização do Brasil não será como a norte-americana. Talvez, seja algo semelhante à mexicana”.¹⁷ Só que para ele, até o momento, a ARENA não estaria conseguindo cumprir o mesmo papel que o PRI no México. Balanço muito semelhante ao de Huntington em seu documento.

Pode-se considerar, a partir do documento como um todo, que ele representa uma aplicação prática e estratégica da problemática que se desenvolveu na ciência política neste período, centrada no problema da estabilidade política (que se traduziria um pouco depois na questão da “governabilidade”), e na definição de processualística política a partir de um pressuposto da democracia como seleção de líderes, *a la* Shumpeter.

Huntington e Golbery

Em 1974, Golbery convidou Huntington a vir novamente ao Brasil, especialmente para discutir formas de promover um aumento constante e gradual de participação no sistema político, e em como estabelecer canais de consulta com alguns grupos como a Igreja, a imprensa, as universidades e os trabalhadores. Entre outras, havia a preocupação de como fortalecer o Congresso e os partidos.¹⁸

A visita foi noticiada pelo *Jornal do Brasil*, que ressaltou que os estudos realizados por scholars estrangeiros deveriam ser assimilados entre nós, sem preconceitos:

“A presença entre nós do prof. Samuel Huntington, da universidade de Harvard, destaca fato já bem observado sobre a participação intensa dos scholars estrangeiros em altos estudos político-sociais, a respeito do Brasil contemporâneo(...) Para as formulações de suas penetrantes análises políticas, não têm faltado informações, a maioria delas colhida, não só de fontes oficiais, como da comunidade universitária brasileira (...) Sem

¹⁷ *Folha de São Paulo*, 12 de julho de 1972, p.3.

¹⁸ SKIDMORE, *Op. Cit.*, p.326-327.

este suporte científico, a controvérsia parlamentar e política, no Brasil, cairia na obscuridade e na mediocridade”.¹⁹

Ainda em 1974, pelo menos mais uma visita é confirmada, na ocasião do Seminário “O Legislativo e a Tecocracia” (organizado por Cândido Mendes), em agosto, após o qual Huntington voou para Brasília para discutir os temas do Seminário com Golbery, acompanhado do cientista político norte-americano Austin Ranney, então presidente da *American Political Science Association* (APSA).

Em artigo publicado anos depois,²⁰ Huntington fez um balanço, a partir de sua própria trajetória, da atuação dos intelectuais e em especial dos cientistas políticos nos processos políticos dos países em transição democrática²¹. Em trecho dedicado especialmente ao Brasil, Huntington afirma que o Brasil é o exemplo mais exitoso de democratização introduzida a partir de cima por uma elite militar que realizou-se da necessidade de mover-se em direção à democracia. Segundo ele, um ponto “genial” disso é que seria impossível localizar o ponto exato onde o Brasil deixou de ser uma ditadura e passou a ser uma democracia. A transição brasileira à democracia teria sido uma obra-prima de toldado incrementalismo, e a ciência política teria tido seu modesto papel neste processo, enquanto que a liderança militar que guiou a transição teria estado atenta às experiências de outros países e sensível à necessidade primeira de encorajar a distensão e a abertura da sociedade, assim como para minimizar a probabilidade de “polarização extrema”, procedendo para isso com mudanças incrementais, muitas vezes na base do “*dois passos à frente, um atrás*”, e então fazer a democratização, lenta, gradual e segura, como disse o presidente Geisel.²²

As conhecidas formulações de Golbery tiveram repercussão no debate da institucionalização, e certamente foi influenciada pelas idéias de Huntington e outros. Segundo Gaspari,²³ Golbery havia desprezado as formulações de Huntington à época, no entanto, além do fato de haver afinidades importantes, é fato que ambos trabalharam juntos nos planos para a descompressão brasileira.

Em *How Countries Democratize*, comentando casos de liberalização seguidos por processos de democratização, Huntington afirmou que apesar de haverem opiniões

¹⁹ *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1974. p.8, editorial não assinado, intitulado: “Memória Crítica”.

²⁰ HUNTINGTON, Samuel. “One soul at a time: political science and political reform”. In. *American Political Science Review*. Vol. 82, Nº 1, March 1988.

²¹ HUNTINGTON, *Op. Cit.*, p.1.

²² Segundo Huntington, a liderança militar que guiou a democratização, o general Golbery, era um membro de longa data da *American Political Science Association*; ele e outras figuras-chave no processo de democratização solicitaram conselhos de cientistas políticos. HUNTINGTON, S. *Op Cit.*, p.7.

²³ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, p.330 a 332.

contrárias, Geisel e Golbery realmente tinham desde o início intenções “significativamente democratizantes”, e que, mesmo que eles tivessem intencionado apenas liberalizar o regime e não substituí-lo, o presidente João Figueiredo (que foi cuidadosamente garantido como sucessor pela linha castelista) estendeu o processo até a democratização. Ou pelo menos, seria esta a impressão que ele formou sobre Golbery quando trabalharam juntos nos planos de democratização do Brasil em 1974.²⁴

Até onde os conselhos de Huntington contribuíram para o “sucesso” do ponto de vista dos estrategistas do regime ditatorial brasileiro em conduzir uma transição “lenta, gradual e segura”, não é nosso objetivo analisar, embora haja afirmações contundentes neste sentido.²⁵ O fato é que o projeto distensionista brasileiro recebeu a colaboração estratégica de um importante intelectual orgânico do grande capital transnacional, e isto não pode ser subestimado na análise deste mesmo projeto.

²⁴ Nas palavras de Huntington: “This interpretation coincides with my own impression of Golbery’s intentions that I formed in 1974 working with him on plans for Brazil’s democratization”. HUNTINGTON, Samuel. “How Countries Democratize”. In. *Political Science Quarterly*, Volume 106, 1991-1992, p.596. No mesmo artigo, Huntington classificou os processos de transição democrática de acordo com o nível de controle exercido pelo governo ao longo do processo. Segundo ele, o Brasil e a Espanha são os países de casos típicos de mudança a partir de cima, e a Espanha em particular se tornou o modelo para as subsequentes democratizações na América Latina e na Europa Ocidental. Sobre a questão da influência espanhola, ver DUPAS, Gilberto (org.) *A transição que deu certo. O exemplo da democracia espanhola*. São Paulo: Trajetória cultural, 1989.

²⁵ Ver o excelente artigo: HOOPER, Alan. *The Crisis of Democracy. What crisis? What democracy? The case of Brazil or saving the world by – and for – Uncle Sam*. Paper for the *Political Studies Association – UK 50th Annual Conference*. 10-13 April 2000, London.